



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA SAÚDE

Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete do Secretário de Estado  
dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º 2863	26/11/2019	N.º: ENT.: 14344/2019 PROC. N.º: 10/2019 040.05.03/2019	29/11/2019

**Assunto: Pergunta n.º 252/XIV/1.ª de 26 de novembro de 2019 do Grupo Parlamentar do CDS-PP - Tempos de espera para cirurgia e primeiras consultas de especialidade no Serviço Nacional de Saúde**

Relativamente ao assunto em epígrafe, consultada a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), encarrega-me a Senhora Ministra da Saúde de informar o seguinte:

O acesso constitui uma prioridade para o Ministério da Saúde e o cumprimento dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) é um dos seus objetivos prioritários, estabelecido em diferentes orientações, normativos e compromissos assumidos pelos prestadores de cuidados de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Em 2019, como reforço da estratégia de melhoria do acesso ao SNS, foi estabelecido com todos os hospitais do SNS um Plano Estratégico de Melhoria do Acesso com o objetivo de, por um lado, resolver os pedidos para primeira consulta hospitalar e para cirurgia com tempo de espera superior a um ano e, por outro lado, aumentar o grau de cumprimento dos TMRG.

Essa estratégia permitiu que os hospitais tenham vindo a ajustar-se na sua performance, continuando a aumentar a atividade de consulta e de cirurgia (em 2019 atingiu-se o volume mais elevado de sempre de atividade hospitalar realizada no SNS, com +3,4% de 1ª consultas CTH realizadas do que em 2019 e com +3,3% de doentes operados no âmbito do SIGIC), como resposta ao aumento da procura de cuidados de saúde nos hospitais do SNS que tem vindo a ser registado nos últimos anos (fruto do crescimento progressivo das necessidades em saúde

1



da população e da remoção de barreiras que anteriormente condicionavam o acesso dos portugueses ao SNS, como sejam os elevados custos com taxas moderadoras e com o transporte de doentes não urgentes, por exemplo).

A evolução dos resultados alcançados durante o ano de 2019 permite ainda confirmar esse esforço de ajustamento ao nível da preocupação com a garantia da equidade no acesso, dando primazia ao critério da antiguidade e da prioridade clínica na gestão da Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) e para Consulta Externa (LEC).

Durante o ano de 2020 continuarão a ser consolidadas medidas e procedimentos no sentido de reforçar o acesso e de garantir a melhoria da performance assistencial das instituições do SNS, permitindo assim que o SNS continue a responder de forma adequada ao acréscimo de procura que tem vindo a registar.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

---

(Eva Falcão)